

Choques de territorialidades nas terras indígenas de Goiás/Brasil

Territorialities crashes in the indigenous lands, Goiás State/Brazil

Choques de territorialidades en las tierras indígenas en el estado de Goiás/Brasil

Alex Mota dos Santos

Faculdade de Ciências e Tecnologias – FCT
Universidade Federal de Goiás, campus Aparecida de Goiânia,
alex.geotecnologias@gmail.com

Resumo

A localização e o tamanho das terras indígenas no país revelam como a ocupação se consolidou, de leste para oeste. Nesse contexto, o Estado de Goiás, de ocupação consolidada e na porção centro-leste do país, demarcou apenas 0,12% do seu território para os povos indígenas. Com efeito, as demarcações não respeitaram os territórios tradicionais devido às pressões diversas pela crescente incorporação das áreas do estado aos desígnios do capital. Diante desse cenário, o objetivo desse trabalho foi realizar análises das territorialidades nas terras indígenas localizadas no Estado de Goiás e em seu entorno. A metodologia envolveu análises por métodos indiretos, especificamente imagens orbitais de sensoriamento remoto, em um sistema de informação geográfica. Em síntese, os resultados constataram que todas as terras indígenas em Goiás apresentam choques de territorialidades, especialmente com o agronegócio, produção de energia e turismo.

Palavras-chave: análises ambientais; terras indígenas em Goiás; métodos indiretos.

Abstract

Location and size indigenous lands in the country reveal how the occupation was consolidated, from east to west. In that context, of consolidated occupation in Goiás state, at the eastern central portion, it was demarcated only 0.12% off your territory for indigenous people. Indeed, demarcations did not respect the traditional territories due to various pressures about increasing incorporation of areas from Goiás to capital plans. In that scenery, objective for that study was analysing of territoriality on indigenous lands in the Goiás state and your surroundings. Methodology involved analysis about indirect methods: orbital images of remote sensing in GIS. In summary, results found that all indigenous lands in Goiás presented territorialities crashes, especially from agribusiness, energy production and tourism.

Keywords: environmental analysis; indigenous lands in Goiás; indirect methods

Resumen

La ubicación y el tamaño de las tierras indígenas en el país revelan cómo se consolidó la ocupación, de este a oeste. En este contexto, el Estado de Goiás, la ocupación consolidada y la parte centro-oriental del país, delimitó solamente 0,12% de su territorio para los pueblos indígenas. De hecho, las demarcaciones no respetan los territorios tradicionales debido a las diversas presiones por la incorporación creciente de las áreas del estado a los planes del capital. En frente de ese escenario, el objetivo de este estudio fue realizar análisis de las territorialidades en las tierras indígenas en el Estado de Goiás y sus alrededores. La metodología consistió en el análisis por métodos indirectos, específicamente imágenes orbitales de sensores remotos en un sistema de información geográfica. En resumen, los resultados constaron que todas las tierras indígenas en Goiás presentan choques de territorialidades, especialmente con la agroindustria, la producción de energía y el turismo.

Palabras clave: El análisis del medio ambiente; las tierras indígenas en Goiás; métodos indirectos.

Introdução

A localização e a superfície ocupada pelas terras indígenas no país revelam um pouco de como a ocupação se consolidou, de leste para oeste. Dessa forma, historicamente, a extração de madeira e de minerais, o cultivo agrícola e o surgimento das primeiras cidades brasileiras, no litoral, foram elementos que propiciaram o surgimento de conflitos e a dizimação de diversos povos indígenas.

Com isso, graças à resistência desses povos e do modo como os portugueses ocuparam o território, é possível identificar uma diversidade étnica, linguística e cultural expressiva a oeste, fato não observado na porção leste do país.

Desse modo, de acordo Brandão (2004, p. 23), os portugueses, ao contrário dos espanhóis, empreenderam uma ocupação que “não pretendeu a completa modernização e transposição de valores lançados sobre a tradição e a organização colonial visando igualá-la à metrópole”. Para o autor, a forma de ocupação portuguesa permitiu a miscigenação e se deu num contexto diferenciado e heterogêneo, em que “a convivência entre vários troncos e heranças culturais se fez mais equilibrada” (BRANDÃO, 2004, p. 23). Talvez por isso a preocupação com o leste, rico e rentável,

despertou tardiamente os colonizadores para outras áreas do país, especialmente a porção oeste.

Essa percepção de como o espaço brasileiro foi ocupado pode ser constatada através dos arquivos recentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2015). De forma que ou não há áreas delimitadas, como ocorre nos estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, ou existem áreas insignificantes demarcadas para os povos indígenas, ocupando 5,9% do território nacional, nos atuais estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Tocantins. Obviamente que a insignificância está relacionada ao tamanho de suas áreas, pois apesar de pequenas, as demarcações revelam a luta e a resistência dos povos indígenas, desde sempre massacrado pelo processo de ocupação.

O Estado de Goiás figura nesse cenário como um caso típico de expropriação dos territórios indígenas pelas frentes de expansão e colonização da região central do Brasil, porção mais a leste, em que, assim como em outros estados, as políticas indigenistas concentravam esforços para desobstruir áreas ocupadas por indígenas para tornar fácil o processo de ocupação. Tanto é assim que, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2015), no caso dos Tapuia, seu território era vastíssimo, correspondente a uma boa parte da parcela do atual estado de Goiás, mas que foi expropriado e praticamente dizimado.

A princípio, a busca pelo ouro foi árdua e o contato devastador, apesar da resistência indígena. Entretanto, os colonizadores abriram caminhos e estradas, rechaçaram os indígenas que avistaram, exploraram e povoaram o imenso território goiano com escravos, fato que favoreceu a miscigenação (DE PÁDUA, 2007). Outro aspecto digno de nota foi o fato dos colonizadores aldearem numa mesma área povos indígenas de diferentes costumes, o que resultou em conflitos interétnicos, mortes (MAGALHÃES, 1902) e perdas de autonomia tribal (ISA, 2015).

O declínio da atividade mineradora não diminuiu as pressões sobre as comunidades indígenas, pois, posteriormente, os incentivos do Estado Nacional, para ocupação do interior do país, empreenderam um novo período de ataques às comunidades remanescentes. Nesse contexto, destaque é dado para as ações governamentais para apropriação do meio, em especial para o povoamento do interior

do país através das diretrizes de integração territorial (SCHWAB, 2009). Dessa forma, a ocupação demográfica não indígena do território goiano se consolidou pela imigração acarretada pela estruturação de cidades (DE PÁDUA, 2007).

O resultado desse processo de ocupação foi a consolidação do interior do país. Dessa maneira, as áreas atualmente demarcadas, que somam aproximadamente 40.000 hectares para os povos indígenas Avá-Canoeiro, Tapuia e Karajá (FUNAI, 2015), são consideradas também insignificantes diante dos territórios que eram tradicionalmente ocupados e que estão assegurados na Constituição Federal do Brasil de 1988. De forma geral, segundo Silva e Vasconcelos (2012, p. 70), “intensificou-se o processo de expropriação dos povos indígenas das suas terras originais em virtude da crescente incorporação dessa área aos desígnios do capital”.

Assim, o cenário está posto para a consolidação da ocupação do interior do Brasil, sem uma política indigenista adequada. No caso dos Avá-Canoeiro, “os primeiros esforços para definir oficialmente um território [...] foram as propostas apresentadas pela equipe de Frente de Atração durante os trabalhos da “Expedição Avá-Canoeiro”, em 1973” (PEQUENO, 2005, p. 171).

Segundo Silva e Vasconcelos (2012, p. 73), “no caso dos Tapuia, sua história de vida é marcada, também, de luta pela terra, ao compor uma trajetória de desafios, sofrimentos, desrespeitos e injustiças”. Ainda segundo os autores, as demarcações das áreas para os Tapuia ocorreram em 1984, em meio a intensos conflitos com os fazendeiros da região onde as terras estão localizadas. Ademais, “nessa demarcação, a antiga sede do aldeamento Carretão, que deu origem ao grupo e ao cemitério, ficou fora da área delimitada” (SILVA e VASCONCELOS, 2012, p. 73).

Igualmente, os Karajá se envolveram em conflitos interétnicos e, no processo de contato, também tiveram baixas no número de pessoas, mesmo que no passado esses povos ocupassem a vasta área às margens do rio Araguaia há pelo menos quatro séculos (TORAL, 1992). As primeiras informações sobre a localização do grupo, que datam do final do século XVI, caracterizam-nos como habitantes do baixo e médio curso desse rio.

O resultado de todo o processo de ocupação em Goiás revela um cenário preocupante. De forma geral, o agronegócio, que aportou no Cerrado, valendo-se dos incentivos do capital e das características edafoclimáticas desse bioma, contribuiu para

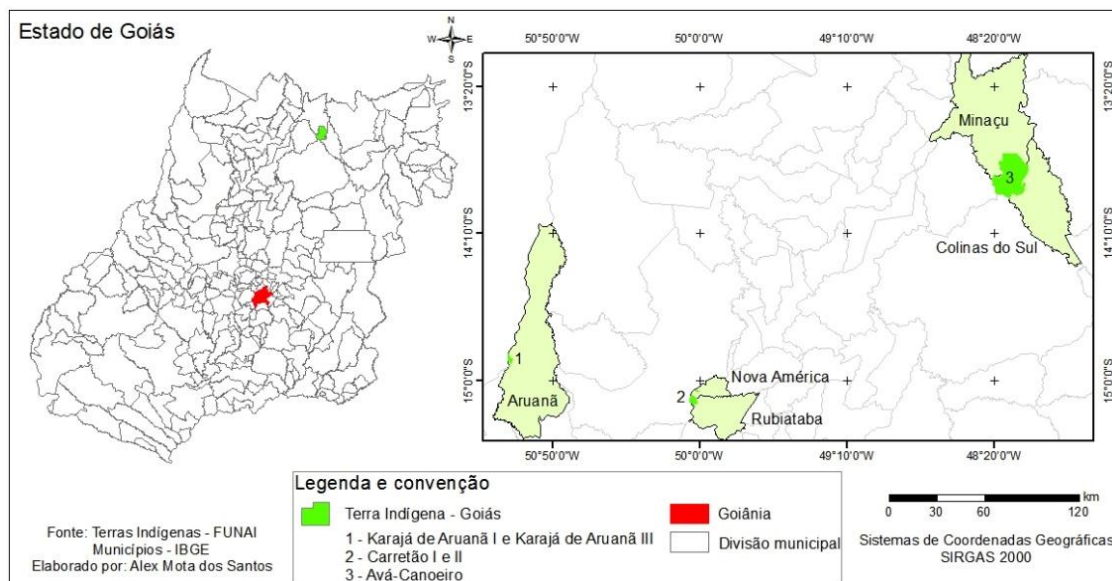
a expropriação dos territórios indígenas. Esse processo teve início na década de 1970 e foi desencadeado por ação do Estado Nacional que visava implantar, nesse espaço, a agropecuária moderna (SILVA, 2013).

Além do exposto, observou-se, conforme pesquisas de Ferreira et al. (2007), que avaliou o preço da terra em Goiás, que as Terras Indígenas (TI) demarcadas estão em áreas de baixa produção para agricultura e pecuária. Esse fato explica o modo como o processo de expropriação ocorreu, como as frentes de contato atuavam de forma a deixar as terras mais valiosas fora do processo demarcatório. Contudo, isso não implica dizer que as terras demarcadas estão em bom estado de conservação, pois faltam análises para compreender a dinâmica de ocupação dentro e fora das terras indígenas.

Com efeito, análises do meio físico têm sido realizadas a partir de métodos indiretos, especialmente imagens orbitais. Existem várias abordagens nesse sentido para o Cerrado, contudo não se identificou estudos específicos relativos às terras indígenas goianas. Essa abordagem metodológica por análise de imagens envolve a aquisição das imagens, seu pré-processamento, processamento e análise de padrão.

Assim, adquiriu-se imagens do sensor *Operational Land Imageator* (OLI), do satélite *Land Remote Sensing Satellite* (LANDSAT), versão 8, todas captadas nos meses de novembro e de dezembro de 2015. As imagens já estavam com correção geométrica, portanto avançou-se para o Processamento Digital de Imagens (PDI), pelo método *Bhattacharya*, com segmentação e similaridade 1.000 (valor adimensional). As classes de uso variaram entre as terras indígenas, mas, de modo geral, foram identificadas áreas de pastagens, de agricultura, de fitofisionomias do Cerrado, água e solo exposto.

Assim, o objetivo da pesquisa foi realizar análises espaciais dos usos e da cobertura da terra, inferir as territorialidades no entorno das Terras Indígenas Carretão I e II, Avá-Canoeiro, Karajá de Aruanã I e Karajá de Aruanã III (Figura 1). As TI Carretão I e II estão localizadas nos municípios de Nova América e Rubiataba. A TI Avá-Canoeiro ocupa parte das áreas dos municípios de Campinaçu, Minaçu e Colinas do Sul e as TI Karajá de Aruanã I e Karajá de Aruanã III ocupam parte da área do município de Aruanã.

Figura 1. Localização das terras indígenas em Goiás.

Conforme definido em lei, as terras indígenas no Brasil não possuem zonas de amortecimento. A única menção a essas áreas está no Plano Nacional de Gestão de Terras Indígenas (PNGATI) de 2012. Contudo, o PNGATI explicita que a área de entorno das TI deve ter uso restrito. Isso posto, e tendo em vista não haver uma regulamentação legal para análise do entorno das terras indígenas em Goiás, observou-se três quilômetros a partir do limite da TI, seguindo a Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 2010). A referida resolução trata da área de amortecimento para Unidades de Conservação (UC), que são compreendidas como áreas especiais. Tendo em vista que as terras indígenas também são reconhecidas pela legislação federal como áreas especiais, adotou-se esse parâmetro legal.

Desenvolvimento

Segundo a FUNAI (2015), na TI Avá-Canoeiro vive o povo de mesmo nome, nas TI do município de Aruanã vivem os Karajá e nas TI Carretão I e II vivem os Tapuia. Ainda segundo os arquivos vetoriais da FUNAI, as terras indígenas em Goiás ocupam área de 40.463,39 hectares, portanto representam 0,03% do total da área das terras indígenas do país e ocupam 0,12% da área do Estado de Goiás.

A maior TI é a Avá-Canoeiro, que ocupa 38.000 hectares, e a menor é a TI Karajá de Aruanã I, que ocupa 14,26 hectares. A TI Karajá de Aruanã I possui a maior população e a Avá-Canoeiro, a menor. A síntese dos dados e informações sobre as terras indígenas de Goiás estão dispostos na Tabela 1.

Terra Indígena	População	Ano	Fonte	Área da TI
Karajá de Aruanã I	213	2010	FUNAI/Cidade de Goiás	14,2569 ha
	215	2006	FUNAI/GO	
	78	1999	FUNASA	
	50	1994	FUNAI	
Karajá de Aruanã III	45	2010	IBGE	705,1748 ha
	23	2010	FUNAI	
Avá-Canoeiro	7	2013	SESAI	38000 ha
	5	2010	FUNAI/MINAÇU	
	6	2006	FUNAI	
	6	2000	TORAL	
	6	1995	FUNAI	
Carretão I	136	2010	FUNAI/Cidade de Goiás	1.666,4512 ha
	180	2006	FUNAI	
	165	2005	FUNASA	
	95	1999	FUNAI	
Carretão II	162	2010	FUNAI/Cidade de Goiás	77,5043 ha

Tabela 1. Síntese de dados e informações sobre as terras indígenas em Goiás.

Fonte: Povos indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental (2015) e FUNAI (2015).

Além do exposto, sabe-se que as transformações socioespaciais nas áreas de entorno, e mesmo no interior das terras indígenas, são melhores compreendidas quando analisados os territórios municipais onde elas estão inseridas.

Desse modo, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), foi possível observar que as demais áreas dos municípios onde as terras indígenas Carretão I e II estão localizadas são predominantemente ocupadas

por plantação de cana-de-açúcar e criação de bovinos, que apresentou maior crescimento no município de Rubiataba, passando de 52.631 animais, no ano de 2004, para 93.800, no ano de 2014, uma expressiva taxa de variação do rebanho de 78%. Enquanto o número de bovino apresentou maior taxa de crescimento, a população local aumentou em apenas 917 habitantes, segundo contagem do censo de 2010 e estimativas de 2015. Segundo dados do IBGE, no município de Nova América, o crescimento da população foi ainda menor, 99 pessoas. Contudo, o crescimento do rebanho foi de 5.616 animais.

Para os dois municípios onde a TI Avá-Canoeiro está assentada, a taxa de variação no rebanho bovino foi inferior, não ultrapassaram 20% no mesmo período analisado. A população no município de Colinas do Sul cresceu a uma taxa de 1% e, no município de Minaçu, a população decresceu a uma taxa negativa de -0,4%.

No âmbito das análises, realizou-se trabalho de campo nos municípios onde a TI Avá-Canoeiro se localiza. De modo que não se observou indicação, com placas da FUNAI, da presença da TI Avá-Canoeiro pelo lado oeste, na rodovia GO 132. Entretanto, nessas áreas identificou-se que a pecuária, em parte dos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, é praticada em relevo movimentado, o que dificulta a retirada total da vegetação. Assim, observou-se a criação de gado leiteiro, agricultura de subsistência e pequenos vilarejos.

Isso ocorre, em parte, pelo difícil acesso por alguns pontos não pavimentados, aproximadamente 70 quilômetros, da Rodovia Estadual GO 132 que desestimulou a consolidação mais efetiva da ocupação até o presente. Contudo, a partir dos investimentos do Governo Federal, através do financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP), estima-se que, em breve, a pavimentação da GO 132 esteja concluída. Logo, há uma previsão de investimentos nessa área e consequente aumento da conversão das paisagens ainda pouco transformadas, se comparadas com outras regiões de Goiás.

No município de Niquelândia, a sul da TI Avá-Canoeiro, a mineração está consolidada e segundo o Sistema de Geoinformação de Goiás (SIEG) existem 40 pontos minerários, que tendem a consolidar sua territorialização para norte, em que o tráfego de

veículos pesados poderá ser realizado pela rodovia GO 237, que liga à GO 132, na porção oeste da TI. Assim, estando a terra indígena e as mineradoras em ambiente geológico muito parecido e próximo, não é difícil prevê seu avanço nessas áreas.

O município de Aruanã, área em que se localizam as terras indígenas dos Karajá, é, dentre aqueles que possuem área ocupada por uma terra indígena, o que apresentou o maior rebanho bovino: cerca de 246.000 animais no ano de 2014, a uma taxa de variação, referente ao ano de 2004, de 8%. Esse município está localizado na zona de influência da Estrada do Boi, onde os municípios vizinhos, historicamente, apresentam vocação para a atividade pecuária e apresentam um dos maiores rebanhos do estado (SILVA, 2013).

Avaliando o crescimento da população não indígena nos municípios que possuem parte de suas áreas ocupadas por terras indígenas, observou-se que apenas Aruanã apresentou taxa de variação superior a 10% entre os anos de 2010 (Censo) e 2015 (Estimativa). Essa cidade é considerada turística no Estado de Goiás devido aos bancos de areia que se formam no leito do Rio Araguaia e são ocupados por pessoas de diversas cidades de Goiás e de outros estados do país. Além disso, é um rio piscoso.

Os usos e a cobertura da terra, identificados com os produtos de sensoriamento remoto utilizados, estão apresentados na Figura 2 e permitiram materializar os territórios do agronegócio e da produção de energia. O processo de validação dos resultados ocorreu visualmente através do *Google Earth*[®] e uma visita a campo no entorno da TI Avá-Canoeiro, ao longo da GO 132, no dia 07/01/2016.

Assim, de forma geral, identificou-se que a vegetação está bastante fragmentada no interior e no entorno próximo das TI Carretão I e II (Figura 2B), em que a agropecuária é predominante, e abundou no interior e no entorno da TI Karajá de Aruanã III (Figura 2A) e TI Avá-Canoeiro (Figura 2C).

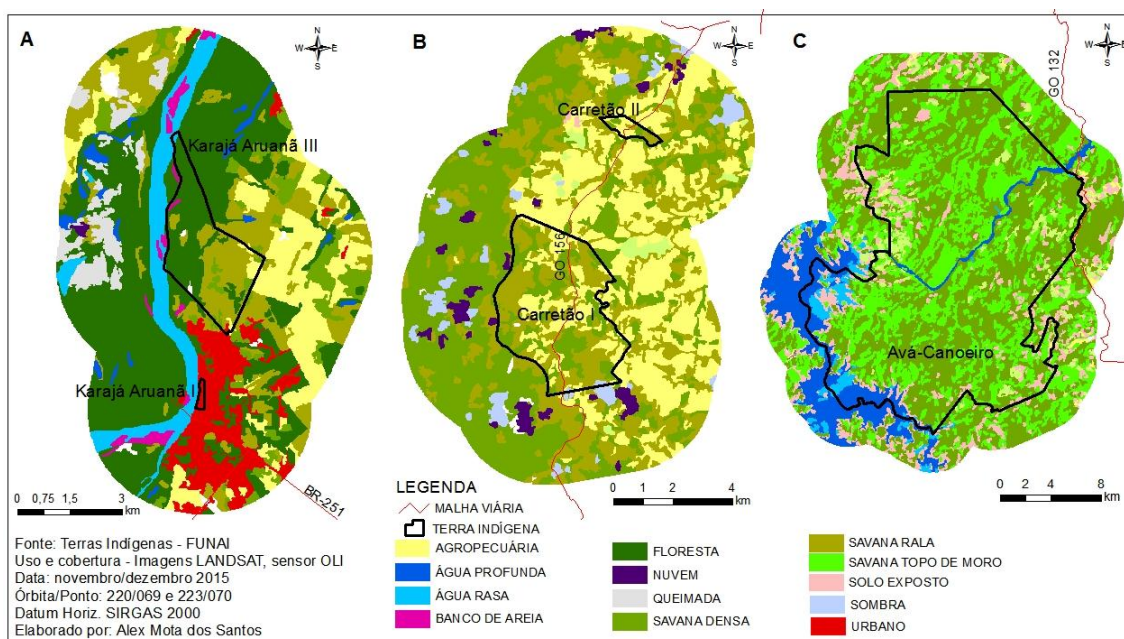


Figura 2: Uso e cobertura da terra dentro e no entorno próximo das terras indígenas em Goiás.

Segundo Almeida (2005), a vegetação, especialmente as florestas, possuem significados históricos e indenitários na cultura indígena e, assim, esse recurso natural é uma condição para o futuro desses povos. Além disso, sabe-se que a vegetação de pé protege os solos, auxilia nas taxas de evapotranspiração, na infiltração e na proteção dos recursos hídricos, os quais são, geralmente, bem aproveitados pelos povos indígenas.

As TI Carretão I e II são atravessadas por uma rodovia estadual. Nessa área, identificou-se que, aproximadamente, 29% da área em estudo estão ocupadas pelo agronegócio, especialmente a pecuária extensiva. Nesse sentido, é importante ressaltar que uma estrada sempre traz pressões diversas sobre as terras indígenas, as quais se tornam alvo fácil de fogo criminoso e de tráfico indiscriminado pelas suas áreas.

As savanas e os pastos são recorrentes na porção leste da Carretão I e II e, na porção oeste, identificou-se remanescentes florestais fragmentados, que estão assentados sobre relevo movimentado (ocuparam aproximadamente 64% da área analisada). Em geral, o relevo movimentado e os solos pobres para o cultivo agrícola dificultam a conversão da paisagem, mas o entorno tão alterado contribui, ainda, para a diminuição da riqueza faunística. Além do exposto, observou-se que as duas terras indígenas são distantes uma da outra, o que favoreceu o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Na porção sul da TI Avá-Canoeiro, mapeou-se um expressivo espelho de água do lago Serra da Mesa, resultado do barramento do Rio Maranhão, que ocupa parte da área da terra demarcada. Além da área inundada, constatou-se a presença de estradas, já referidas por Silva (2010), que afirmou que parte da terra indígena foi cortada por linhas de alta tensão e outras obras de Furnas, decorrentes das obras das Usinas Hidrelétricas (UHE) Serra da Mesa e Cana-Brava. Com efeito, em 2015, 7.300 hectares das terras dos Avá-Canoeiro foram inundados pela UHE da Serra da Mesa. A inundação, segundo Silva e Chaveiro (2012), em 1978, com a construção UHE, era de três mil hectares. Ainda segundo os autores, Furnas Centrais Elétricas estabeleceu, como forma de compensação à comunidade Avá-Canoeiro, o pagamentos em *royalties* pela área inundada (SILVA e CHAVEIRO, 2012, p. 8).

No entorno da TI Avá-Canoeiro, identificou-se, ainda, que 8,27%, ou seja, aproximadamente 5.000 hectares, foram mapeados como áreas de solo exposto. Depreende-se desses dados um aumento da área antropizada para retirada de inerte para construção civil da obra das usinas da região e para pavimentação da GO 132. Os impactos da obra da GO 132 foram analisados por Costa e Souza (2015).

A ocupação para as TI Karajá Aruanã I e III são marcantes na paisagem. Nesse caso, também o desenvolvimento do núcleo urbano de Aruanã fragmentou a terra indígena dos Karajá. Segundo Portela (2006, p. 176), “em todos os relatos fica evidente que há uma mudança nas relações entre a comunidade de Buridina e os moradores da cidade de Aruanã a partir do processo de luta pela demarcação das terras tradicionais”. Uma indígena ouvida pela autora afirmou que a comunidade envolvente percebia os indígenas da cidade de Aruanã como beneficiados e em condições mais adequadas que os demais moradores após a demarcação. Assim conclui Portela (2006, p. 177), que “é consenso entre os moradores da cidade a crítica ao processo de demarcação das terras”.

Pelos resultados obtidos na pesquisa, constatou-se, no que se refere às TI Aruanã I e III, que a agropecuária ocupou 13,96% da área analisada; a área urbana, 9,27% e as florestas, 45,38%. Contudo, sabe-se que essas áreas junto ao Rio Araguaia inundam, o que dificulta os espaços de práticas agrícolas dos povos indígenas em determinadas épocas do ano. Por outro lado, a inundação garante uma renovação da vida, especialmente da ictiofauna, e favorece a fertilização dos solos.

Por fim, ao contrário de outros estados brasileiros (ver SANTOS e GOMIDE, 2015), não se identificou, em Goiás, cenário ambiental de ocupação diferente para o entorno em comparação com o interior das TI. A exceção ocorreu para a TI Avá-Canoeiro, muito embora tal cenário pode estar associado à dificuldade de mecanização do relevo, onde essa TI foi demarcada. Além disso, é difícil mensurar, via método indireto, as pressões decorrentes das práticas de produção de energia, que predominaram nessa área, limitando-se à observação do avanço e recuo das áreas das represas.

Considerações finais

Em síntese, pelos dados e informações analisados, observou-se que todas as terras indígenas em Goiás apresentaram choques de territorialidades, especialmente com o agronegócio, a produção de energia e o turismo. Além disso, identificou-se a supressão dos territórios indígenas, tão vastos no passado. A terra indígena Karajá Aruanã I é “um bairro” da cidade de Aruanã. Com efeito, sua área tão restrita em nada representa os territórios ocupados pelos Karajá. Além disso, a cidade gera conflitos para os povos indígenas, pois a comunidade envolvente não compreende seus modos de vida e age com atitudes etnocêntricas, como observado por Portela (2006).

Desse modo, as terras indígenas dos Karajá e Tapuia estão mais transformadas, apresentando conflitos territoriais pelo agronegócio e atividades turísticas. Ao contrário, e tendo em vista os aspectos físicos, a TI Avá-Canoeiro apresentou melhores condições de conservação dos recursos naturais. Nessa área, a vegetação sobre o relevo movimentado está conservada e o trânsito é ainda restrito. Contudo, a partir da pavimentação da rodovia GO 132 espera-se novos investimentos; uma reterritorialização, especialmente para extração de minérios; avanço sensível das práticas agropecuárias, e turísticas, nos lagos que se formaram com barramento do Rio Maranhão, e consequente aumento da exposição/conversão das paisagens ainda pouco transformadas, se comparadas com outras regiões de Goiás.

Referências

ALMEIDA, R. A. A Cartografia na Agenda 21 das Terras Indígenas do Estado do Acre. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 496-521.

BRANDÃO, C.A.L. América Latina: territórios e experiências. **Arqtexto**, Porto Alegre, v. 5, nº. 1, p. 18-41, 2004.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), **Resolução nº 428**, de 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2010/res_conama_428-2010_licenc_amb_uc.pdf>. Acesso em: 03/01/2016.

BRASIL, **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas** (PNGATI), Decreto nº. 7.747, de Junho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 13/08/2015.

COSTA, F. R.; SOUZA, J. C.. Geomorfologia antrópica, erosão e movimentos de massa na construção da GO-132. **Revista Mirante**, v. 8, n. 1, p. 76-88. jun. 2015.

DE PÁDUA, A. A. S. A Sobrevida da Marcha para o Oeste. **Estudos**, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

FERREIRA, N. C.; M., F.; RIBEIRO, N. V. Preço da Terra em Goiás: pressupostos e modelos. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 27 n. 1 p. 47-62 ed. Especial, 2007.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Geoprocessamento/mapas**. 2015. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>>. Acesso em: 23/11/2015.

_____. **Modalidades de Terras Indígenas**. 2015, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 04/01/2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. 2015. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=52&search=goias>>. Acesso em: 23/12/2015.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povo e demografia**. 2016. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3642>>. Acesso em: 04/01/2016.

LAND REMOTE SENSING SATELLITE (LANDSAT). Disponível em: <http://glovis.usgs.gov/>. Acesso 11/11/2015.

MAGALHÃES, J.V. C. **Viagem ao Araguaia**. 1. Ed. São Paulo: Espindola, Siqueira e Comp., 1902. 298 p.

PEQUENO, L. A. Terra Indígena Avá-Canoeiro Demarcação indefinida: risco de sobrevivência étnica. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v.2, n.2, p. 171-182, dez. 2005. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v2_n2/09Terra_Indigena_Ava_Canoeiro_Luciano_Alves_Pequeno.pdf. Acesso em 13/12/2015.

PORTELA, C. A. **Nem ressurgidos, nem emergentes**: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã-GO (1980-2006). 233 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SANTOS, A. M.; GOMIDE, M. L. C. A ocupação no entorno das terras indígenas em Rondônia, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, nº. 3. p. 417-436, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php?journal=bgg&page=article&op=view&path%5B%5D=38834&path%5B%5D=19686>. Acesso em: 23/12/2015.

SCHWAB, M. C. Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza, **Anais...**Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-10. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0222.pdf>. Acesso em: 02/01/2016.

SIEG, Sistema de Geoinformação de Goiás. **Arquivos vetoriais**. Disponível em: <http://www2.sieg.go.gov.br/post/ver/171319>. Acesso em: 17/01/2016.

SILVA, L. G. **Avá-Canoeiro, a resistência dos bravos no cerrado do norte goiano: do lugar ao território**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, L. G.; CHAVEIRO, E. F. Avá-Canoeiro: no contexto do cerrado do norte goiano. In: Congresso de Geógrafos da América Latina, 12, 2012. Uruguai, **Anais...**Uruguai, p. 1-14. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/33.pdf>. Acesso em 03/01/2016.

SILVA, L. G.; VASCONCELOS, E. H. B. Os Tapuia: Uma História de Resistências e Esperança. **Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, v. 1, nº. 4, p. 64-78, abr./mai. de 2012. Disponível em: http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n4/art5.pdf. Acesso em: 29/12/2015.

SILVA, Elaine Barbosa da. **A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma Cerrado**. 148 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, 2013.

TORAL, André Amaral. **Cosmologia e Sociedade Karajá**. 280 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

Recebido para publicação em outubro de 2016

Aprovado para publicação em fevereiro de 2017